

O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS NO BRASIL: 200 ANOS DE HISTÓRIA

ALVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO
Almirante-de-Esquadra (CFN)
Comandante-Geral

SUMÁRIO

- As origens em terras lusitanas
- Expansionismo francês: O ultimato franco-espanhol e a transmigração da corte portuguesa para o Brasil
- A Brigada Real da Marinha no Brasil – a guerra contra a França
 - Primeira fase
 - Segunda fase
 - Terceira fase

AS ORIGENS EM TERRAS LUSITANAS

“Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores debaixo da denominação de Brigada Real da Marinha...”¹

As primeiras notícias sobre a existência de fuzileiros na Armada de Portugal, cujo surgimento data de 1317, remontam a 1585, quando se estabeleceram núcleos de adestramento das guarnições das naus da Índia para o manejo da artilharia e da fuzilaria.

Em 1618, durante a União Ibérica, sob o reinado de Felipe III (II de Portugal), foi

¹ Alvará de criação da Brigada Real da Marinha, em 28 de agosto de 1797.

criado na Marinha lusa o Terço da Armada Real da Coroa de Portugal, seu primeiro corpo de infantaria organizado em caráter permanente, aos moldes dos *Tercios* da Espanha. Após a Restauração portuguesa, em 1640, o Terço passou a denominar-se Terço da Armada Real do Mar Oceano. Desde sua criação, o Terço foi considerado unidade de elite, e por isso foi honrosamente designado pelo Rei D. João IV como sua guarda permanente no Paço da Ribeira.

Do século XVI até meados do século XVIII, os “soldados da Armada” ou “marinheiros do fuzil”, como eram naqueles tempos conhecidos os infantes de Marinha, integraram as expedições guarda-costas que salvaguardaram o litoral brasileiro, combatendo e expulsando as forças holandesas estabelecidas no Nordeste do Brasil.

A Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil, foi criada por alvará de 28 de agosto de 1797, em substituição ao Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Na prática, realizou-se profunda mudança na organização operacional da Armada, com a criação de dois regimentos de infantaria e uma unidade de artilharia, passando essa Brigada a constituir uma tropa da Marinha totalmente diferente do corpo de oficiais de carreira da Armada Real, que era composto exclusivamente de técnicos de navegação. Na Brigada Real da Marinha, todos os postos – de inspetor-geral, chefes-de-divisão, capitães, primeiros e segundos-tenentes – eram equiparados aos do Exército, acrescentando-lhes a indicação de “em exercício na Marinha”. A tropa da Brigada constituía, assim, um Corpo de Infantaria de Marinha destinado ao combate, encarregando-se do ataque e da defesa, de executar os desembarques e guarnecer as peças de artilharia de bordo. Com a criação da Brigada Real da Marinha, o reino português objetivava

resolver os inúmeros problemas enumerados no preâmbulo do Alvará Régio:

“Eu, a Rainha, faço saber aos que este Alvará com força de lei virem, que tendo-me sido presentes os graves inconvenientes, que se seguem, ao meu Real Serviço, e à disciplina da Minha Armada Real, e o aumento de despesa que se experimenta por haver três corpos distintos a bordo das naus e outras embarcações de guerra da Minha Marinha Real, quais são os Soldados Marinheiros: sendo conseqüências necessárias desta organização, em primeiro lugar, a falta da disciplina que dificilmente se pode estabelecer entre os Corpos pertencentes a diversas repartições: em segundo, a falta de ordem, que nascem de serem os Serviços de Infantaria e de Artilharia, muito diferentes no mar do que são em terra: e ser necessário que os Corpos novamente embarcados aprendam novos exercícios a que não estão acostumados. Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores debaixo da Denominação de Brigada Real da Marinha...”

EXPANSIONISMO FRANCÊS: O ULTIMATO FRANCO-ESPANHOL E A TRANSMIGRAÇÃO DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

“Se Portugal não fizer o que quero, a Casa de Bragança não reinará mais na Europa em dois meses.”

(Napoleão Bonaparte)

“Ele foi o único que me enganou.”

(Napoleão Bonaparte)

O expansionismo francês de Napoleão Bonaparte chegou à Península Ibérica como uma onda avassaladora que varreu a Europa no início do século XIX.

Por meio de ações diplomáticas, o Estado português havia conseguido uma aparente neutralidade que incomodava a França, diante do obstinado desejo de Napoleão de submeter a Inglaterra à Coroa imperial francesa.

Após a assinatura do Tratado de Tilsit, Napoleão apertou o cerco sobre a Coroa portuguesa, exigindo o fim da neutralidade e a clareza de posição política de Portugal: a favor da Inglaterra ou a favor da França. Para tornar mais objetivas suas pretensões, Napoleão incumbiu o ministro português em Paris de transmitir a D. João suas ordens: declarar guerra aos ingleses, providenciar a retirada do ministro português de Londres e do inglês de Portugal, confiscar as propriedades inglesas, fechar os portos aos seus navios e, por fim, prender os ingleses residentes em Portugal. O não-cumprimento dessas exigências dentro do prazo estabelecido seria considerado uma declaração de guerra contra a França e a Espanha. Ademais, não confiando na presença do príncipe português, Napoleão nomeou o General Junot comandante das tropas estacionadas em Bayonne, nos limites da França com a Espanha, em condições de invadir a Península Ibérica.

D. João convocou seu Conselho na noite de 24 de novembro de 1807, ao tomar conhecimento de que as tropas francesas haviam alcançado Abrantes e que, em marcha forçada, poderiam entrar na capital em três ou quatro dias. A difícil decisão, anteriormente já considerada, enfim foi tomada: o governo deveria entender-se com o emissário inglês Lord Strangford e tratar de preparar o embarque de toda a família real para o Brasil. Na ausência do soberano, uma junta de governo do Reino foi nomeada para reger Portugal. No dia 27 de novembro, D. João embarcou, seguido de toda a família, ministros, conselheiros, oficiais, servidores, fidalgos, nobres e ami-

gos mais chegados. Na manhã de domingo, 29 de novembro, suspenderam. No mesmo dia, os soldados de Napoleão entravam em Lisboa e o todo-poderoso General Junot caía em desgraça perante o enfurecido Imperador Napoleão Bonaparte.

As resoluções de D. João culminaram com a necessidade de transmigrar o aparato estatal português para o Brasil. Napoleão Bonaparte e D. João foram, portanto, os atores do enredo que para sempre mudaria a história do Brasil e, nesse contexto, lançariam as bases para a instalação de uma tropa anfíbia no continente americano.

A BRIGADA REAL DA MARINHA NO BRASIL – A GUERRA CONTRA A FRANÇA

“... Por mar e por terra se lhes façam todas as hostilidades.”

(Manifesto do Príncipe Regente D. João, em 1^a de maio de 1808)

A Brigada Real da Marinha, corpo de infantaria imprescindível da Armada lusa, digna da confiança do Príncipe Regente, escoltou, nessa extraordinária saga, os bens mais preciosos do reino português: a integridade de sua nobreza, a continuidade da Casa de Bragança no governo de Portugal, a perpetuação da sua história, a sobrevivência da sua cultura, a manutenção das suas conquistas e o orgulho português de não se submeter ao inimigo.

Singrando a mesma rota que Cabral seguira 300 anos antes, a esquadra anglo-lusitana chegou ao Brasil e, após passagem pela cidade de Salvador, fundeou no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808. Contudo, somente no dia seguinte, guardada pelos Fuzileiros Navais da Brigada Real da Marinha e sob o olhar curioso da multidão que se aglomerava no cais do Largo do Paço, a Casa de Bragança desembarcou na cidade.

Com a instalação da corte portuguesa no Brasil, D. João declarou guerra aos franceses, considerando nulos todos os tratados anteriores firmados entre as duas nações. Com isso, D. João pretendia eliminar a ameaça francesa na América, por meio da ocupação da Guiana Francesa, sendo este o primeiro conflito bélico em que a Brigada Real da Marinha tomou parte no Brasil, em conjunto com outras forças.

Com a invasão e tomada de Caiena, na Guiana Francesa, D. João retaliou a invasão francesa ao reino português, bem como ampliou seus domínios territoriais no continente, dando o primeiro passo para a consolidação do espaço geográfico nacional e sua unificação em uma só nação. Durante os 13 anos em que o soberano esteve no Brasil, os Fuzileiros Navais da Brigada Real da Marinha envolveram-se em conflitos internos e externos que ameaçavam a unidade do Brasil, finalmente elevado à categoria de reino.

Historicamente, a trajetória do CFN é subdividida em três fases distintas: a primeira, caracterizada como de Artilharia de Marinha; a segunda, como Infantaria de Marinha; e a terceira, como uma combinação de Armas e Serviços.

Primeira fase

Esta fase inicia-se com a chegada da Brigada Real da Marinha ao Brasil e vai até a criação do Corpo de Fuzileiros Navais (1808-1847).

Destaca-se, nesse período, o chefe-de-divisão D. Rodrigo de Pinto Guedes, conhecido posteriormente como Barão do Rio da Prata, inspetor-geral da Brigada Real da Marinha de 1802 a 1810, portanto seu primeiro comandante no Brasil.

Além de Brigada Real da Marinha, nesta fase o CFN recebeu as seguintes denominações: Batalhão de Artilharia da Mari-

nha do Rio de Janeiro (1822); Imperial Brigada de Artilharia da Marinha (1826); e Corpo de Artilharia da Marinha (1827). Este foi um período de grande instabilidade política. Além da campanha de Caiena, os Fuzileiros Navais foram largamente empregados nos seguintes conflitos: Ocupação da Banda Oriental do Uruguai (1811), Guerra contra Artigas (1816), Revolução Pernambucana (1817), Guerras de Independência (1823), Confederação do Equador (1824), Guerra da Cisplatina (1825-1828), Motim de Irlandeses e Alemães (1828), Noite das Garrafadas (1831), motins e levantes contra a Regência Trina (1831-1832), repressão ao comércio de escravos (1832-1833), Cabanagem (1835-1840), Guerra dos Farrapos (1835-1845) e Sabinada (1837-1838).

Segunda fase

Esta fase, que vai desde a primeira denominação de Corpo de Fuzileiros Navais, em 1847, até 1932, caracterizou-se pelo emprego da tropa como Infantaria de Marinha na defesa dos navios, com especialização nas abordagens e nas ações em terra. Nesse período, há que se destacar as atuações do Tenente Perdigão e do Sargento Borges durante a Guerra da Tríplice Aliança e, posteriormente, as atividades dos comandantes-gerais, Capitão-Tenente Arthur de Azevedo Thompson e Comandante Protógenes Pereira Guimarães, já no período republicano, que instituíram no CFN, respectivamente, dois símbolos significativos: o gorro de fita de forma escocesa e o uniforme garança.

Nessa nova fase, o CFN recebeu as seguintes denominações: Corpo de Fuzileiros Navais (1847), Batalhão Naval (1852), Corpo de Infantaria da Marinha (1895), Regimento Naval (1924) e Corpo de Fuzileiros Navais (segunda denominação –

1932). Nesse longo período (1840-1932), que compreendeu o Segundo Reinado, a República Velha e o início do Governo Provisório, os combatentes anfíbios integraram as forças que participaram ativamente da Guerra contra Oribe (Uruguai, 1851), Guerra contra Rosas (Argentina, 1852), Guerra contra Aguirre (Uruguai, 1864), greve de operários na cidade de Santos (1864), Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai, 1864-1870), Revolta da Armada (1893-1895), Conflito Territorial entre Peru e Colômbia (1903), Revolta da Vacina (1904), Revolta dos Marinheiros e do Batalhão Naval (1910), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Revolta do Forte Copacabana (1922), Rebelião do Exército e da Força Pública de São Paulo (1924), bloqueio à Coluna Prestes (1927) e da Revolução de 1930.

Terceira fase

Considerada muito significativa para a evolução da parcela anfíbia da Marinha, esta fase iniciou-se em 1932 (época do governo provisório de Getúlio Vargas – 1930-1934), com a denominação de Corpo de Fuzileiros Navais em substituição à de Regimento Naval. Nessa ocasião, o ministro da Marinha, Almirante Protógenes Pereira Guimarães, que por três vezes comandou o Batalhão Naval, decidira pela criação de um componente do Poder Naval que, combinando armas e serviços, viesse assegurar no futuro uma capacidade dissuasória ou realizadora de batalhas vitoriosas. Destacam-se, ainda, nessa fase as atuações dos Almirantes Sylvio de Camargo e Domingos de Mattos Cortês, este último o primeiro almirante-de-esquadra do CFN.

Nos anos seguintes, os Fuzileiros Navais integraram as forças que combateram na Revolução Constitucionalista de 1932,

na Intentona Comunista (1935) e na Revolução Integralista (1938). Participaram também da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o embarque em navios de guerra da Marinha do Brasil e com a instalação de um destacamento na Ilha da Trindade, para defendê-la contra um possível estabelecimento de base de submarinos inimigos. Também foram criadas as Companhias Regionais, que, mais tarde, transformaram-se nos atuais Grupamentos de Fuzileiros Navais.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, as repercussões das vitórias empreendidas pelos assaltos anfíbios no Pacífico e no Atlântico influenciaram os novos rumos que deveriam ser tomados pelo CFN brasileiro. A aprovação do novo regulamento, em 1950, deixou clara a influência da experiência vivida pelo United States Marine Corps* (USMC). As novas diretrizes visavam qualificar o Corpo em todos os níveis para a realização de operações anfíbias. Nessa fase, há que se destacar a participação dos Fuzileiros Navais na Força Interamericana de Paz na República Dominicana (1965-1966).

Mais recentemente, os Fuzileiros Navais atuaram nas operações de segurança dos portos (1985), na Operação Eco-92 (1992) e na Operação Rio (1994-1995). Em Angola, como força de paz, integraram a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem-III) com uma companhia de fuzileiros navais e um pelotão de engenharia (1997). Como observadores militares da Organização das Nações Unidas (ONU), atuaram em diversas áreas de conflito, tais como: ex-Iugoslávia, Angola, Moçambique, Uganda, Ruanda, Nicarágua, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Paquistão e Timor Leste. Em 2004, realizaram a evacuação de não-combatentes no Haiti e, desde então, por meio das Nações Unidas, contribuem com um

* N.R.: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

grupamento de fuzileiros navais para a estabilização daquele país (Minustah). Concomitantemente, o CFN participa das missões de desminagem nas Américas Cen-

tral e do Sul, assim como dá apoio a missões diplomáticas, mantendo destacamentos de segurança nas embaixadas do Brasil no Paraguai, no Haiti e na Bolívia.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Corpo de Fuzileiros Navais; História da Marinha do Brasil; Centenário;